

O PT não é imune

JORNAL DA TARDE

Primeiro, foram as viagens do sr. Lula da Silva, já em plena campanha presidencial, do Rio de Janeiro para Volta Redonda e Macaé, em aviões pagos pela Nutrícia. Uma ilegalidade, uma vez que a lei eleitoral então vigente não permitia que empresas financiassem partidos políticos. E uma prática imoral, porque a Nutrícia, na ocasião, tinha a Prefeitura de São Paulo, comandada pela petista Luíza Erundina, como uma de suas principais clientes, tanto que quando o prefeito Paulo Maluf suspendeu o contrato a empresa começou a enfrentar dificuldades e pediu concordata.

Esses favores da Nutrícia ao PT assemelham-se em tudo às "doações" que a Pau Brasil recebeu de empresas para a campanha do atual prefeito, Paulo Maluf, e a muitas doações que o sr. PC Farias arrecadou para o sr. Collor de Mello na sucessão presidencial de 1989, o que o partido do sr. Lula da Silva vem condenando com veemência.

Agora, antes mesmo que o PT conseguisse explicar satisfatoriamente essa história nebulosa, surge um outro caso controvertido envolvendo o partido, relacionado com as investigações que a CPI do Orçamento vem realizando. Trata-se da verba de US\$ 40 milhões que a deputada petista Maria Laura conseguiu colocar no Orçamento da União, com base em emendas preparadas pela CUT e pelo Movimento de Defesa da Petrobrás, para que a estatal de petróleo pudesse comprar onze navios dos estaleiros brasileiros instalados no Rio de Janeiro, evitando assim que muitos deles paralisassem suas atividades.

Aqui, podemos não estar diante de uma ilegalidade — embora seja difícil entender que dinheiro público seja usado para ajudar uma estatal que vende seus produtos e, portanto, deve gerar lucros para se autofinanciar —, mas certamente estamos diante de outra ilegalidade.

A desculpa do PT é que com essas verbas ele está preservando empregos na construção naval do Rio. Ora, argumento idêntico pode ser usado também por

muitos parlamentares que colocaram emendas no Orçamento da União para construção de obras públicas que beneficiam empreiteiras. Afinal, essas obras públicas também geram empregos. Ao dar dinheiro para a Petrobrás, fiel à sua política de defender as estatais, o PT ajudou também as empresas privadas de construção naval, o mesmo setor que recebeu pesadas verbas públicas, com subsídios, nos tempos da Sunamam e seus escândalos. Por que o PT pode dar dinheiro para empresas e os outros partidos não podem?

O argumento furado do sr. Lula da Silva para justificar as emendas injustificáveis da deputada Maria Laura é que o imoral não é apresentar emendas distribuindo verbas do Orçamento, mas sim ganhar propinas para distribuir verbas. Agir como agiram os Sete Anões é crime, evidentemente. Mas agir como agiu a deputada Maria Laura pode ser imoral. Afinal, os cidadãos pagam impostos, taxas e contribuições para que o Estado lhes garanta os serviços básicos de segurança, transportes, saúde, educação. Então, quando recursos destinados a essas funções são desviados para sustentar empresas estatais deficitárias por má administração, para comprar navios de empresas privadas, para obras não prioritárias, o parlamentar está exorbitando de suas prerrogativas e prejudicando a sociedade.

No caso do dinheiro da Petrobrás e dos estaleiros ainda há o agravante de que os recursos foram desviados do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que foi criado para cobrir os compromissos do governo com o seguro-desemprego e que, como lembrou o ministro Walter Barelli, não estão disponíveis para serem manipulados dentro do Orçamento. Corrupção não é apenas pegar dinheiro público para si ou para os grupos amigos. É também aplicar mal esse dinheiro com objetivos político-eleitorais ou ideológicos.

Como se vê, o PT, ao contrário do que apregoam seus membros, não é imune aos vícios que apoderaram as estruturas político-institucionais brasileiras.

1 NOV 1993